



Protestantismo em Revista é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

Teologia da Libertação: um olhar para o método da pergunta

Liberation Theology: a look to the method of question

*Thyeles Borcarte Strelhow**

Mestrando em Teologia (EST)
Com o apoio do CNPq - Brasil

Resumo

A Teologia da Libertação se popularizou a partir da constituição de um método, a saber, ver-julgar-agir, no qual, constrói-se a práxis teológica a partir do contexto latino-americano. Baseadas nesta perspectiva metodológica foram surgindo outras abordagens de leitura do mundo que, como ações libertadoras, se espalharam pela educação e na luta para a garantia de direitos humanos. Neste artigo intentar-se-á refletir sobre a perspectiva do método da pergunta e as contribuições possíveis para os desafios sociais da atualidade. Conclui-se que, mais do que encontrar respostas imediatas que funcionem de forma generalizada e automática às demandas sociais de hoje, é preciso fazer as perguntas pertinentes ao contexto. É preciso proporcionar que as vítimas dos processos de exclusão tomem em suas mãos a história e assim, se reconheçam e sejam reconhecidas como protagonistas.

Palavras-chave

Teologia da Libertação. Pergunta. Dignidade Humana. Educação. Direitos Humanos.

Abstract

Liberation theology was popularized from the establishment of a method, namely, see-judge-act, which builds up the theological praxis from the Latin American context. Based on this methodological perspective, other approaches have emerged reading world as liberating actions, spread of education and the struggle to guarantee human rights. This article will bring it to reflect on the prospect of the method of question and possible contributions to social challenges. We conclude that, rather than finding immediate answers that work and automatically generalized to the social demands of today, we must make the relevant context questions. You need to provide the victims of exclusion processes take into their hands the History and thus recognize and are recognized as leaders.

Keywords

Liberation Theology. Question. Human Dignity. Education. Human Rights.

* Thyeles Borcarte Strelhow. Mestrando em Teologia. Faculdades EST, São Leopoldo. Rio Grande do Sul, Brasil. . Financiamento CNPq. Contato: thyelesbs@yahoo.com.br

Considerações Iniciais

O fazer teológico da Teologia da Libertação (TdL) se propõe um olhar a partir dos desafios cristológicos para os dias atuais. É neste panorama que Preiswerk chama a atenção de que a problemática colocada em torno da atualidade da teologia latino-americana, na especificidade da TdL, é uma questão de fazer as perguntas do contexto atual. É um trabalho minucioso que busca encontrar e fazer as perguntas verdadeiras. Se, por um lado, a TdL pode não habitar mais os meios de comunicação com tanta evidência ou talvez se tornou um tema sem grandes retornos editoriais, por outro, ela ainda tem uma contribuição fundamental sobretudo quando se trata de sua grande intuição, a saber, a revelação do Deus da vida no contexto de exploração. Assim, a razão da fé no Deus Triuno não pode ser interpretada de outra forma a não ser dentro do contexto de uma enormidade de homens e mulheres latino-americanos que sofrem com as condições impostas de diversas formas de exclusão que insistem em subjugar a vida.¹

Pode-se afirmar, portanto, que na elaboração dos questionamentos atuais se fundamenta o método da pergunta. Este tem como essência estabelecer novamente o ser humano como a centralidade das estratégias metodológicas. O método da pergunta procura romper com a instituição neoliberal que fomenta a não-pessoa² como parte de seu fazer metodológico. Não há como pensar em método sem pensar nos sujeitos sociais que constituem o contexto social.³ É no e do ser humano que parte a pergunta inicial e a final. É a partir da realidade humana que se parte do ponto inicial, e é para a realidade humana que se tem o método da pergunta. Também nos grandes desafios atuais, como, por exemplo, a ecologia, que a princípio parece não ter como centralidade o ser humano, parte pela vinculação da responsabilidade humana na preservação do meio em que vive e no cuidado com a vida. É nesta perspectiva que este artigo discutirá a abordagem metodológica da TdL, refletindo sobre o método da pergunta para a realidade atual.

A Questão dos Métodos

Para falar da metodologia proposta pela TdL é importante ter no horizonte algumas questões fundamentais. O fazer teológico se dá a partir da experiência da fé. É a partir do encontro intrínseco de Deus em Cristo pelo Espírito que a pessoa oprimida tem a possibilidade de se encontrar como sujeito histórico e tomar consciência da situação de opressão à qual está submetida. Quando consciente, a pessoa pobre se revolta contra as estruturas de morte instauradas. Ela clama a Deus por justiça, tem em Cristo o companheiro de luta e celebra na comunidade a parte da promessa do Reino de Deus

¹ PREISWERK, Matias. A questão do método na Educação Popular e na Teologia da Libertação. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 35, n. 3, 1995. p. 279.

² TAMAYO-ACOSTA, Juan José. Dignidade e libertação: perspectiva teológica e política. *Concilium*, Petrópolis, n. 300, 2003. p. 70.

³ PREISWERK, 1995, p. 280.

através do Espírito. Nesta experiência, a pessoa pobre pode fazer a leitura do texto bíblico a partir da sua realidade e se reconhecer como parte do povo de Deus.⁴

Construindo a significação da fé a partir da experiência cotidiana, a manifestação do Deus Libertador, que se encarna e vive como gente, não fica mais alheia à história atual. O Deus Vivo está caminhando com o seu povo também nos dias de hoje. Ele continua a assumir a postura de defesa da vida e se compadecendo daquela pessoa que sofre com as injustiças sociais, econômicas, culturais, ambientais etc. Assim, a TdL assume, nesta perspectiva, três dimensões interpretativas que servirão de mediação da relação entre Deus e o seu Reino na história da humanidade, a saber, *a mediação sócio-analítica, a mediação hermenêutica e a mediação prática* (ver-julgar-agir).

No que diz respeito à mediação sócio-analítica (ver) tem-se o caráter de análise da realidade com um olhar das ciências sociais. É um trabalho conjunto que procura verificar como as relações de exploração social acontecem e podem ser rompidas, traçando metas objetivas e eficazes. Na mediação hermenêutica (julgar), há uma re-leitura dos textos bíblicos e da tradição cristã a partir do viés da pessoa pobre. É a apropriação das experiências da caminhada de fé na relação entre o povo e o Deus da Vida. É a popularização consciente da Palavra. Por fim, a mediação prática (agir) responde à atuação concreta na fomentação de uma realidade de vida. É o rompimento com os meios de injustiça que geram a morte para a promoção de meios de justiça iluminados pela manifestação dos planos de Deus revelados pela mediação da Palavra.⁵

Esta aproximação teórica realizada a partir das mediações tem sua influência na forma de fazer uma leitura da realidade da Ação Católica da década de 60, a saber, *ver-julgar-agir*. A diferença está na abordagem característica da TdL, que, a partir do CELAM de Medellín, rompe com o modelo da “teologia desenvolvimentista” que visava a superação da pobreza pela transposição de resultados tecnológicos e econômicos dos países ricos para os países pobres, para uma apropriação total da reflexão e da construção de uma nova realidade a partir do contexto latino-americano.⁶ Este movimento não aconteceu de forma pacífica e teve uma forte oposição da igreja romana, na figura do papa Paulo IV, que creditava aos teólogos latino-americanos um intelectualismo descomprometido com a verdade eclesial que geraria um horizontalismo desfocado da ação contemplativa da ação divina.⁷

Toda a discussão libertária que culminou na efervescência de Medellín faz parte de uma contextualização maior. Em todo o mundo havia movimentos de libertação que

⁴ HIGUET, Etienne Alfred. Medellín e o método da Teologia da Libertação. *Estudos da Religião*, São Bernardo do Campo, v. 6, n. 6, 1989. p. 46.

⁵ BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 40.

⁶ DUSSEL, Enrique. *História da igreja latino-americana (1930 a 1985)*. Trad. Eugenia Flavian. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 67-68.

⁷ HIGUET, 1989, p. 48-52.

tinham como base o socialismo fundamentado na teoria marxista e que de certa forma influenciava o pensamento teológico, em sua máxima, a Teologia da Libertação. Medellín, então, se apresenta precisando resolver três grandes desafios. O primeiro era a contextualização da igreja dentro da realidade do povo explorado da América Latina. A instituição eclesial estava acostumada a conviver com a realidade popular (catolicismo popular), mas não tinha dentro de seu seio espaço para estas experiências de fé. Segundo lugar, a igreja era desafiada a optar pela reforma ou revolução, tendo como exemplo a revolução de Cuba (1959), na possibilidade de um caminho pelas armas como político e eticamente plausível. Em terceiro lugar, a igreja era provocada a assumir um papel ativo junto à sociedade política e civil. A igreja deveria dar o seu testemunho cristão que tinha como centro a discussão, a ação e a opção pela pessoa pobre.⁸

Desta forma, a re-interpretação da estratégia metodológica ver-julgar-agir assume um rosto contextual estreitamente latino-americano a partir de Medellín. A análise da realidade se dá dentro de uma dinamicidade que envolve a práxis, os conflitos e as lutas, com o auxílio dos instrumentos disponíveis nas ciências sociais. A realidade contextual em que está inserida a reflexão teológica fará a avaliação a partir da Palavra de Deus. Esta avaliação teológica impulsionará a ação cristã para a proposição de mudança da sociedade em geral como eclesial.⁹ É com este horizonte que as diversas leituras contextuais vão se difundindo pela América Latina. A forma de olhar desenvolvida pela TdL influencia movimentos sociais, educacionais e teológicos, tal a sua abrangência e a sua relevância para o contexto latino-americano. É importante ressaltar que a construção de todo o pensamento sobre a TdL não pode ser designada a um autor específico. Há aqueles que se destacam por sua consistência teórica e pioneirismo,¹⁰ mas a realização da TdL é constituída a partir da pluralidade. Em plena consciência desta multiplicidade de contribuições e da limitação em elencá-las de forma completa serão destacados alguns considerados de grande pertinência para a realidade atual.

Pode-se afirmar que o método teológico da TdL proposto por Gustavo Gutiérrez articula-se entre a reflexão intrínseca entre a práxis teológica e a teoria teológica tendo em vista a opção consciente pela perspectiva da pessoa pobre. Em breves palavras, pode-se sintetizar que a práxis como ato primeiro é a base para uma reflexão teórica como ato segundo, quer dizer, as flexões elaboradas no âmbito da teoria teológica são frutos da realidade contextual em que a práxis teológica acontece. Parte-se da realidade contextual da prática para uma reflexão à luz da Palavra revelada. Este movimento dialético entre a prática e a teoria iluminará uma nova prática que se proporá libertadora das pessoas que são excluídas e oprimidas. Esta é uma de suas intuições centrais que conscientemente faz a

⁸ DUSSEL, 1989, p. 39-44.

⁹ HIGUET, 1989, p. 52.

¹⁰ DUSSEL, 1989, p. 67. O autor destaca três autores importantes do nascedouro da TdL: Gustavo Gutiérrez, Richard Shaull e Rubem Alves.

opção pela defesa da vida ameaçada. Buscar-se-á no decorrer deste subtítulo expor algumas ideias sobre o tema, que não o esgotará, mas dará algumas pistas para a discussão da relevância metodológica da TdL.

Na perspectiva de Gutiérrez a vida cristã deve se manifestar de forma concreta através de seus comportamentos, gestos e ações. Esta manifestação concreta da vida cristã é testemunha de sua fé, tendo como critério de ação a práxis revelada na atuação de Jesus Cristo. Assim, a teoria teológica deve estar em comunicação com o contexto em que a práxis acontece. Logo, a práxis pode ser entendida em três momentos: a práxis assume *papel ativo* no contexto em que se encontra galgando a transformação da realidade de opressão.¹¹ Nesta perspectiva a fé assume um senso de responsabilidade de mudança da realidade desintegradora da vida, tendo em vista uma atuação que vai de encontro com o testemunho evangélico e o compromisso com o Deus da Vida que se posiciona em defesa da vida inocente. Desta forma, atua-se com uma visão integral da ação libertadora que procura romper com um espiritualismo desencarnado quanto como com um ativismo político.¹²

Outro momento que não se pode perder de vista no que se refere à práxis é a sua constituição na relação entre a *contemplação* e *ação*. Perder a dimensão da fé que busca na palavra revelada o seu embasamento de ação é perder a sua essência como testemunho evangélico. Sempre a ação da fé necessitará ser iluminada pela revelação.¹³ Sem esta perspectiva intenta-se fazer uma ação meramente sociológica, abandonando, assim, o caráter teológico da ação da fé comprometida com a vida. E, por fim, é importante considerar que o *locus* atuante da fé não é só o contexto eclesial, mas este faz parte de uma história total.¹⁴ Não existem dois mundos paralelos que não se encontram. Quando se fala de atuação da fé deve-se ter em vista uma atuação em toda a história, buscando romper com as estratégias de morte instauradas e implantar meios de valorização da vida.

Assim, a práxis realizada na fé cristã constitui-se em parte essencial da teologia cristã, como afirma o próprio Gutiérrez: “nossa metodologia é nossa espiritualidade, ou seja, um modo de ser cristão. A reflexão sobre o mistério de Deus só pode ser feita seguindo os passos de Jesus”.¹⁵ Esta realidade espiritual na atuação cristã não pode prescindir de contribuições importantes para a interpretação contextual que se encontra no conhecimento das ciências sociais, pelo contrário, deve dialogar com estas áreas para uma aproximação mais ampla e consciente. Junto com estes saberes a teologia assume um papel de mudança através da práxis histórica. Ela faz uma reflexão crítica da sociedade e da

¹¹ AQUINO JÚNIOR, 2012, p. 41.

¹² GUTIÉRREZ, Gustavo. *A verdade vos libertará: confrontos*. Trad. Gilmar Saint'Clair Ribeiro. São Paulo: Loyola, 2000. p. 23.

¹³ GUTIÉRREZ, 2000, p. 71-72.

¹⁴ AQUINO JÚNIOR, 2012, p. 41-42.

¹⁵ GUTIÉRREZ, 2000, p. 20.

igreja interpelada pela Palavra de Deus e nesta interpelação visa a transformação contextual.

A realidade metodológica proposta por Gutiérrez presente na inter-relação entre a prática e a teoria não é neutra, mas ela tem um posicionamento claro. Um dos cerne das propostas metodológicas baseadas na perspectiva libertadora é a defesa da vida. Em relação a isto, o posicionamento de Gutiérrez não é diferente. Ele mantém a coerência com o testemunho bíblico que relata a ação libertadora de Deus, que ouve o clamor do povo, tem compaixão dele e desce para libertar (Ex 3). O Deus testemunhado no texto bíblico não é alheio à realidade de opressão e nem a-histórico. Ele atua de forma transformadora e atua dentro do tempo e do espaço. Ele intervém na história em prol da pessoa que sofre, em favor da vida ameaça. Ele vem e comunga com aquelas pessoas que estão à margem. Ele caminha com as pessoas excluídas e de sua realidade de sofrimento e constrói um caminho renovado, transformado e de vida abundante (Jo 10.10). É nesta perspectiva que o método apresentado por Gustavo Gutiérrez assume um posicionamento claro em prol da pessoa pobre, de modo que a práxis e a teoria não podem se abster.¹⁶

Toda esta virada teológica reflete num novo modo de ler a Bíblia. Surge a Leitura Popular da Bíblia que foi bastante difundido entre os movimentos de base das igrejas católicas, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Elas surgem com o objetivo de despertar cristãos e cristãs para uma leitura libertadora da Bíblia frente à desumanidade das ditaduras militares e que por vezes teve o apoio velado de autoridades eclesásticas. Visava uma leitura contextualizada da Bíblia, baseada e embasada no contexto em que é lido o texto e buscava uma nova consciência frente à situação opressora vigente. Tinham como grande carro chefe o modelo de *Círculos Bíblicos*, em que constituíam uma forma de interpretar os textos bíblicos respeitando a realidade das pessoas pobres.¹⁷

Tendo como matriz hermenêutica a proposta re-interpretada da TdL dos passos metodológicos ver-julgar-agir, constitui-se como um processo dinâmico que tem como chave hermenêutica de interpretação a própria vida. Assim, conhecer a Bíblia leva a conviver em comunidade; conviver em comunidade leva a servir ao povo; servir ao povo, por sua vez, leva a desejar um conhecimento mais aprofundado do contexto de origem da Bíblia. É um processo dialético que está em profunda relação como uma mudança transformadora da realidade de injustiça de quem lê o texto bíblico. É uma forma de constante luta para que a vida não se finde numa mera vida e para que as pessoas sofridas não se acostumem com as condições de sofrimento em que se encontram e não abram mão da própria vida.¹⁸

¹⁶ HIGUET, 1989, p. 46-47.

¹⁷ VELEZ, Neftali. A leitura bíblica nas comunidades eclesiais de base. *Ribla*, Petrópolis, n. 1, 1988. p. 26-29.

¹⁸ PEREIRA, Nancy Cardoso; MESTERS, Carlos. A leitura popular da Bíblia: à procura da moeda perdida. *A Palavra na Vida*, São Leopoldo, n. 73, 2011. p. 7-8.

Neste sentido, a Bíblia é vista como um instrumento na qual a palavra de Deus se manifesta, mas ela não compreende toda a revelação para todos os tempos. Ela deve ser lida dentro de sua época e seu espaço. A Palavra de Deus se constitui como absoluto em relação à Bíblia, tratada como relativo enquanto a serviço do absoluto. É necessário, então, discernir a Bíblia em três sentidos: *textual*: o texto em si mesmo como realidade autônoma e de vida própria; *histórico*: como testemunho da Palavra revelada numa história passada e concreta; e *espiritual*: é o discernimento da Palavra de Deus em nossa história atual e sua comunicação.¹⁹ Desta forma, se constitui a metodologia da TdL na sua relação com a revelação e com a história. Adiante se verá outras intersecções metodológicas que foram e são influenciadas pelo pensamento da TdL.

A Libertação Educativa

A discussão libertadora com o olhar para a pessoa pobre não ficou restrita à TdL, mas alçou outros voos e dialogou com outras áreas, dentre elas, a educação. Quando se fala da educação numa perspectiva libertadora, deve-se ter em mente uma ação educativa voltada para as pessoas que são excluídas do acesso à participação da construção do conhecimento. Neste sentido, tem-se na figura da Educação Popular o viés libertador de uma educação que valoriza o conhecimento de quem se educa, partindo de uma aprendizagem consciente de seu papel como sujeito histórico. Desta forma, a TdL e a Educação Popular se relacionam e trocam conhecimentos para a construção de uma mudança social em que habite a justiça.²⁰

A Educação Popular se caracteriza por sua profunda identificação com o povo espoliado da América Latina na qual ela está inserida. O entendimento da Educação Popular deve estar embasado na consideração a sua realidade histórica do povo, cavoucando até as raízes das experiências destas pessoas, fazendo um processo de resgate da memória e de reconstrução das identidades populares para o enfrentamento da homogeneização cultural imposta. Para tanto, a Educação Popular assume um caráter de luta por mudanças e transformações na sociedade em que está inserida, partindo de uma ação consciente que visa constituir atores sociais capazes de interagir com a diversidade de sujeitos em prol de objetivos marcados pela identidade, participação, transformação e redistribuição. Assim, os conteúdos e o método terão papel fundamental na constituição de uma Educação Popular. No que diz respeito aos conteúdos, devem valorizar todo o conjunto de conhecimentos utilizados pelos setores populares para a preservação de sua própria identidade. Em relação ao método, deve estar em constante reflexão e renovação comprometido com seu propósito de educar as pessoas e, em especial, os oprimidos. O

¹⁹ RICHARD, Pablo. Leitura popular da Bíblia na América Latina. *Ribla*, Petrópolis, n. 1, 1988. p. 11-12.

²⁰ FREIRE, Paulo; TORRES, Carlos Alberto. *Diálogo com Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1979. p. 38.

método não se dá como uma forma pronta de uma gama de técnicas para alcançar os objetivos traçados, mas se constrói dentro de seu contexto e seus objetivos peculiares.²¹

A relação entre a teologia e a educação não se fecha apenas num encontro epistemológico e metodológico, mas o seu caráter prático possui também confluências. Em muitos casos relacionados a um trabalho essencialmente popular e de base, a Educação Popular e a Educação Cristã se encontram e se reconhecem como companheiras. Como exemplo pode-se mencionar o envolvimento das CEB's no desenvolvimento de alfabetização de jovens e adultos. Este reconhecimento mútuo é de grande validade, pois mostra um amadurecimento e um desenvolvimento de uma realidade eclesial que, em sua grande maioria, se mostra conservadora quanto ao seu relacionamento político e institucional.²²

Neste sentido, alguns desafios se apresentam de forma comum, tanto para o âmbito teológico como para a educação. Streck já apontava algumas limitações há quase duas décadas e que ainda se fazem pertinentes para os dias atuais. Muitas das demandas estabelecidas para a educação e para a teologia na atualidade são definidas por agendas de áreas que não estão no interior da realidade educativa e teológica. Não é preciso um olhar muito acurado para acompanhar as discussões midiáticas em relação à educação e às modulações teológicas pós-modernas. Por muito se perdeu o caráter reflexivo de uma teoria que reflete sobre a prática, contextualizando as posturas ativas com a perspectiva de uma nova prática. Portanto, quando a práxis está alienada da reflexão, ações (tanto educativas quanto teológicas) são repetidas pelo mero ato de repetir, sem intencionalidades conscientes,²³ dominadas por concepções de *des-pergunta*.

Um dos grandes legados da TdL que influenciou diversas áreas do conhecimento foi a contextualização.²⁴ Quando se deixa de olhar para a realidade em que a prática está inserida, perde-se, de certa forma, a essencialidade da ação. É preciso olhar para a cotidianidade²⁵ e, a partir dela, elaborar as perguntas relevantes. Neste sentido, não são as respostas que proporcionam ações transformadoras, mas, pelo contrário, as perguntas que dão movimento, que desestabilizam, que desacomodam e que impulsionam para um pensar consciente. A reflexão contextual é necessária para que a pergunta fundamental seja elaborada, que sempre terá no centro o ser humano. A pergunta deve passar pela

²¹ PREISWERK, Matías. Los desafíos mutuos: educación cristiana-educación popular, algunas interacciones. *Educación*, Guadalupe, n. 21, 1993. p. 9-11.

²² STRECK, Danilo Romeu. El destino de Sísifo: una agenda para discusión. *Educación*, Guadalupe, n. 21, 1993. p. 4.

²³ STRECK, 1993, p. 7-8. Neste sentido o autor chama a atenção no início de seu artigo para o mito grego de Sísifo que é condenado a carregar pedras para cima de um morro e depois vê-las rolar morro abaixo para novamente fazê-las subir. Um trabalho repetitivo, frustrante e nada produtivo.

²⁴ CECHIN, Antonio. Os pobres me evangelizaram. In: Paulo Freire. O pedagogo da esperança. *IHU on-line*, São Leopoldo, n. 223, 2007. p. 49.

²⁵ FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 25-30.

realidade dos sujeitos históricos. É a partir dela que é elaborada a pergunta primeira e última. É em prol das pessoas e da mudança social que o método se deve constituir, elaborando seus objetivos a partir do contexto destas.²⁶

O estabelecimento do ato de perguntar é mais do que um jogo intelectual de respostas prontas e descritivas. Ele vai além, é um movimento de pergunta-resposta-ação como cunham Freire e Faundez. A pergunta não é elaborada apenas pelo ato em si de perguntar, mas ela manifesta o que está por trás da pergunta que é a curiosidade. É dela que partem as perguntas, é da vontade de saber e ser mais.²⁷ A pergunta é feita de forma intencional e vislumbra desestabilizar as bases estabelecidas e fundamentadas para a possibilidade de uma ação diferente que proporcionará um mundo diferente. É a capacidade de tornar a esperança de um sonho numa utopia possível.²⁸ A realidade concreta do sonho passa pela realidade da pergunta. É impossível a mudança real sem o estabelecimento das perguntas reais dos sujeitos históricos envolvidos.

Ter consciência das perguntas contextuais que afloram a partir dos sujeitos históricos é a possibilidade de romper com modismos inférteis. Em geral, quando se organiza a prática a partir de “métodos da moda”, perde-se o caráter fundamental de uma atuação pedagógica, caindo num marasmo prático, perdendo o próprio valor de ser do fazer pedagógico da Educação Popular. Numa perspectiva crítica, o método se estabelece como um conjunto de uma diversificada e interativa relação de objetivos definidos pelos atores sociais. Ele é construído de acordo com as necessidades que gerarão as perguntas relevantes para o grupo social envolvido. É uma relação dialética que questiona a realidade estabelecida, o papel social dos sujeitos históricos e a projeção de uma mudança transformadora da realidade primeira. Logo, esta relação se dá também na variabilidade de setores em que as pessoas estão envolvidas, passando por setores econômicos, políticos e culturais. Assim, para o estabelecimento de um método baseado na pergunta contextual, alguns pontos relevantes precisam ser levados em consideração.²⁹

No exercício metodológico baseado na pergunta contextual, o qual a Educação Popular é desafiada a elaborar, a necessidade de fomentar a descentralização do sistema de crenças para a possibilidade de aprender a aprender é essencial. Romper com um sistema pré-estabelecido, o qual é aprendido de forma massiva, é o ponto de partida para a organização de uma prática baseada na justiça. Outro ponto importante é o estabelecimento do confronto entre os saberes e conhecimentos (popular e erudito) almejando aprender a interpretar. Faz parte de um saber crítico a tarefa de empoderar os sujeitos históricos a reinterpretarem a história a partir de suas histórias, para que, assim,

²⁶ PREISWERK, 1995, p. 280.

²⁷ FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p. 46-49.

²⁸ STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 18.

²⁹ PREISWERK, 1995, p. 281-286.

possam resgatar suas memórias e reconstruir suas identidades conscientes de sua força ativa de mudança. E, por fim, é fundamental aproximar as interações entre o mundo em que se vive, os sujeitos envolvidos e as finalidades para as quais se luta, almejando aprender a comunicar. Não basta uma ação bem intencionada se esta não está afinada com as aspirações de homens e mulheres envolvidos no processo. Quando não se comunica numa linguagem que seja compreendida pela diversidade de atores sociais envolvidos, corre-se o grande risco da reprodução de discursos estéreis.³⁰ Em profunda relação com a perspectiva da pergunta, elaborar-se-á o próximo ponto.

O Resgate da Memória

Acompanhando a discussão metodológica, tem-se a pretensão de apontar uma fórmula que se tem destacado nos últimos anos em relação à discussão de direitos humanos que é o resgate histórico da memória de prisioneiros e prisioneiras políticos. Trazendo o assunto para a discussão teológica é viável estabelecer um ponto de contato, no específico da dignidade humana, com a atualidade da TdL. Este último ponto vem a calhar como último, pois apontará para futuros escritos com caminhos para o diálogo social. Quando se fala em memória, tem-se no horizonte o entendimento como história de vida de cada pessoa ou grupo social. Desta forma, Le Goff faz uma contribuição importante para elucidar a perspectiva com a qual também se elabora o termo. Ele define o conceito de memória a partir da coletividade. A perpetuação de uma memória histórica coletiva através dos seus indivíduos está intrinsecamente ligada a uma relação de poder, em que as classes dominadoras se sobrepõem sobre as classes dominadas através da manipulação da memória coletiva.³¹ A partir desta ideia construir-se-á este ponto refletindo também sobre como é possível articular a memória histórica a nível pessoal.

Na tentativa de se falar da universalidade da dignidade humana, Sobrinho aponta como caminho “des-desumanizar a pessoa excluída”. Para tanto, ele apresenta três maneiras de garantir que todas as pessoas possam usufruir de sua dignidade. Uma ação é a de *dar nome às vítimas*. Este movimento recupera a memória histórica de pessoas que sofrem com a exclusão e que foram abandonadas à margem das condições de vida digna e dá a elas um rosto, uma qualificação além de uma estatística. Outra ação que resgata e des-desumaniza é a *misericórdia conseqüente* que elimina estruturas de morte e reverte sua polaridade para estruturas de vida. E, por fim, *gratidão às pessoas excluídas* que, por seu grito, abrem nossos ouvidos e, por sua situação de exclusão, abrem os olhos, mostrando que às pessoas a sua realidade humana e dando-lhes a possibilidade de sonhar com uma vivência de uma família humana.³²

³⁰ PREISWERK, 1995, p. 287-291.

³¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 426.

³² SOBRINO, Jon. Humanizar uma sociedade enferma. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. *Concilium*, Petrópolis, v. 329, n. 1, 2009. p. 78-80.

Para esmiuçar um pouco mais os três pontos apresentados por Sobrino, “dar nome às vítimas” significa concretizar teoricamente o sofrimento das pessoas que sofrem com os processos de exclusão, vividos no cotidiano, e que são caracterizadas em termos extremamente abstratos. Nos dias atuais falar de pobreza no sentido estruturalista defendida por marxistas ortodoxos é importante, mas não o suficiente para dar conta da diversidade de pobreza existente. Demo destaca que a pobreza não pode ser reduzida a uma “carência de renda”, mas que também é necessário discutir o conceito em nível de “pobreza política”.³³ Dentro do conceito de pobreza política se encontra a falta de acesso aos meios políticos que se constituiria numa minimização da participação cidadã. Está vinculada a uma alienação popular na sua constituição como sujeitos históricos, que gera um reconhecimento deficitário de participação nas realizações decisivas. É uma carência qualitativa que não se mostra claramente como a pobreza material que é quantitativa. Além disso, esta alienação de consciência política gera um desconhecimento da produção da pobreza material, intrinsecamente relacionada com a exploração dos meios de produção, assumindo-a como natural e fatalista.³⁴

Nesta perspectiva, “dar nome às vítimas” assume a possibilidade de construir, a partir das vítimas, uma noção de participação consciente de reconhecimento que visa à construção de oportunidades.³⁵ Nesta pretensão, os direitos deixam de ser concedidos para serem conquistados. Torna-se uma luta consciente em busca pela efetivação da vida. A dignidade humana, desta forma, assume também um caráter para além de uma qualidade metafísica³⁶ para uma construção histórica.³⁷ As pessoas se assumem como sujeitos de direitos³⁸ que é o primeiro passo para que a discussão em relação aos direitos humanos não assumam uma roupagem ideológica abstrata, mas como uma atuação política imbricada de intencionalidades realizada nos processos de exclusão que produzem vítimas.³⁹

Num passo adiante se terá na proposta de Sobrino o movimento de “misericórdia consequente” que tem como objetivo proporcionar mudanças estruturais na garantia de

³³ DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 5.

³⁴ DEMO, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988. p. 17-20.

³⁵ DEMO, 1998, p. 5.

³⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988*. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 62. Existe uma linha teórica que defende a ideia de que a dignidade humana é universal e que é o caráter indelével de cada ser humano e que o constitui como tal. Sarlet expõe que a dignidade humana é “a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade”. Esta ideia universalista da dignidade humana também se manifesta na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

³⁷ ARENDT, 2007 apud OLIVEIRA, Kathlen Luana. *Por uma política da convivência: Teologia, direitos humanos*, Hannah Arendt. Passo Fundo: IFBE, 2011. p. 79. Numa outra perspectiva, a dignidade humana é defendida como uma construção que se dá dentro da história a partir da luta por direitos e sua concretização como destaca Arendt: “não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força de nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente”.

³⁸ DEMO, 1988, p. 20-23.

³⁹ MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 27-28.

vida para todas as pessoas. À primeira vista parece um tema que diz respeito somente ao detalhamento teológico. No entanto, é possível fazer um paralelo com o termo solidariedade que tem sido utilizado com muita frequência no cenário atual. Fala-se em economia solidária como uma forma alternativa à mercantilização capitalista, o que é discutível e não será elaborado neste momento. Também o termo solidariedade é usado para se falar de um agregado de direitos (direitos de solidariedade) que constituiriam os direitos surgidos a partir de 1948, compreendendo os direitos ao desenvolvimento, meio ambiente sadio, paz e autodeterminação dos povos.⁴⁰ Como se vê, o termo solidariedade está em debate na atualidade, mas será possível fazer um paralelo com “misericórdia consequente”?

Para estabelecer esta discussão é interessante compreender o termo solidariedade de duas maneiras: a primeira diz respeito à condição da fé cristã que tem como exemplo a práxis de Cristo e seu esvaziamento em amor, que incita o cristão e a cristã ao compromisso com as pessoas marginalizadas e vítimas dos processos de exclusão vigentes em nossa sociedade. Sua atitude vislumbra a transformação social na luta pela vida. Este tema vem sendo abordado desta forma ao logo deste estudo e não se deterá a mais explicações. O que mais interessa neste momento é entender o termo para além de um movimento assistencialista, seja estatal, empresarial ou pessoal. Neste quesito, tanto o termo solidariedade como misericórdia correm o risco de serem confundidos com assistencialismo, por isso que a junção das palavras misericórdia e consequente não acontece de forma a florear o termo, mas tem uma intencionalidade que vai além de boas ações. A palavra consequente implica no compromisso de luta pela vida. Este comprometimento vai além da empolgação inicial do ato de solidariedade, é adiante do fervilhar das entranhas. Este comprometimento está ligado à transformação.⁴¹

Neste sentido, na pretensa atuação solidária ou misericordiosa consequente, é fundamental uma atuação em conjunto com as vítimas. É a partir e com elas que o processo de transformação precisa emergir. A pergunta contextual deve estar vinculada ao que as vítimas dos processos de exclusão querem e não a partir das caracterizações de militantes, teólogos, políticos ou qualquer outro benfeitor.⁴² Uma proposta que se caracterize como transformadora, como uma forma alternativa ao sistema vigente não pode ser instaurada sem a participação de sujeitos, pois, se assim o for, não tem nada de alternativo. Pelo contrário, uma ação nomeada de solidária ou misericordiosa que não tem em seu horizonte a consequência em que se estabelece, cai numa forma assistencial

⁴⁰ BEDIN, Gilmar Antonio. *Os direitos do homem e o neoliberalismo*. 3. ed., revista e ampliada. Ijuí: UNIJUI, 2002. p. 73-78.

⁴¹ SOBRINO, 2009, p. 79.

⁴² Martins, 2002, p. 27.

integradora que procura colorir os processos de exclusão tentando superar a contradição das estruturas de morte que exploram a vida.⁴³

Por fim, o agradecimento às vítimas proposto por Sobrino é a celebração da transformação. Vislumbrando a intrínseca relação entre a práxis e a teoria, a possibilidade de enxergar as pessoas invisibilizadas constitui num passo importante no que diz respeito à conscientização dos processos de exclusão. Este passo só é possível quando há o confronto de realidades. E para que mudanças estruturais aconteçam é fundamental que se tenha pleno conhecimento de que estas realidades não estão constituídas de forma factual, mas foram construídas ao longo da história e se perpetuam por ações alienantes. As vítimas se tornam proclamadoras do evangelho e profetas sociais a partir de sua própria situação, reconhecendo-se como detentoras de poder de mudança. Por isso, na luta por justiça também se celebra a vida que pulsa e teima em resistir na esperança de uma sociedade mais digna para toda vida.⁴⁴

Considerações finais

Na atualidade a desigualdade social, econômica, política e cultural é evidente e necessita de reflexões que ajudem a encontrar saídas para uma sociedade mais justa para todas as pessoas. Os desafios apresentados são outros e exigem estratégias formuladas a partir das perguntas que se fazem neste contexto. Este exercício da pergunta poderá contribuir para que, de fato, se consiga construir a transformação com as pessoas vítimas dos processos de exclusão.

Esta construção é fundamental para romper de um sistema de assistencialismo para um modelo de protagonismo social. É reconhecer como pessoas aquelas que eram tidas como não-pessoas, e mais, é a possibilidade delas mesmas se reconhecerem a partir da sua realidade. Esta grande intuição contextual, a partir das pessoas pobres, não pode ser perdida de vista na atualidade. Hoje o rosto pobre assumiu característica de vários grupos que procuram um lugar na sociedade em que sejam respeitados e se reconheçam e sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e, como tal, capazes de lutar por espaço para além da invisibilidade.

As situações de subvida não são fatos dados, mas construídos historicamente a partir da exploração. Esta tomada de consciência, a partir do sofrimento, faz com que se tenha a possibilidade de misericórdia consequente, no instante em que o sofrimento ganha um rosto. É assim que o sofrimento humaniza as pessoas: quando o sofrimento tem um rosto; quando ele não é abstrato, mas é visível e papável; quando ele se torna presente na vida real e se percebe que a pretensão de felicidade pós-moderna é alienante e ilusória e não se constitui como a vida vivida. Assim, a realidade contextual da vida ameaçada que

⁴³ Martins, 2002, p. 38-40.

⁴⁴ SOBRINO, 2009, p. 79-80.

grita por uma sociedade mais justa toma para si o papel profético de denúncia, a partir de uma esperança possível que almeja a transformação social. Desta forma, acredita-se que este estudo conseguiu construir pontes para o diálogo social na tentativa de um mundo em que a justiça social não seja um privilégio, refletindo a partir das perguntas contextuais pertinentes.

Referências

- ARENDDT, 2007 apud OLIVEIRA, Kathlen Luana. *Por uma política da convivência: Teologia, direitos humanos*, Hannah Arendt. Passo Fundo: IFBE, 2011.
- BEDIN, Gilmar Antonio. *Os direitos do homem e o neoliberalismo*. 3. ed., revista e ampliada. Ijuí: UNIJUI, 2002.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CECHIN, Antonio. Os pobres me evangelizaram. In: Paulo Freire. O pedagogo da esperança. *IHU on-line*, São Leopoldo, n. 223, 2007.
- DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- _____. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.
- DUSSEL, Enrique. *História da igreja latino-americana (1930 a 1985)*. Trad. Eugenia Flavian. São Paulo: Paulinas, 1989.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo; TORRES, Carlos Alberto. *Diálogo com Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1979.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *A verdade vos libertará: confrontos*. Trad. Gilmar Saint'Clair Ribeiro. São Paulo: Loyola, 2000.
- HIGUET, Etienne Alfred. Medellín e o método da Teologia da Libertação. *Estudos da Religião*, São Bernardo do Campo, v. 6, n. 6, 1989.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PEREIRA, Nancy Cardoso; MESTERS, Carlos. A leitura popular da Bíblia: à procura da moeda perdida. *A Palavra na Vida*, São Leopoldo, n. 73, 2011.

PREISWERK, Matías. A questão do método na Educação Popular e na Teologia da Libertação. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 35, n. 3, 1995.

_____. Los desafíos mutuos: educación cristiana-educación popular, algunas interacciones. *Educación*, Guadalupe, n. 21, 1993.

RICHARD, Pablo. Leitura popular da Bíblia na América Latina. *Ribla*, Petrópolis, n. 1, 1988.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988*. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SOBRINO, Jon. Humanizar uma sociedade enferma. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. *Concilium*, Petrópolis, v. 329, n. 1, 2009.

STRECK, Danilo Romeu. El destino de Sísifo: una agenda para discusion. *Educación*, Guadalupe, n. 21, 1993.

STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TAMAYO-ACOSTA, Juan José. Dignidade e libertação: perspectiva teológica e política. *Concilium*, Petrópolis, n. 300, 2003.

VELEZ, Neftali. A leitura bíblica nas comunidades eclesiais de base. *Ribla*, Petrópolis, n. 1, 1988.

[Recebido em: novembro 2013

Aceito em: abril de 2014]